

A privatização do Pré-sal e a luta pela hegemonia no sistema-mundo

Airton Sieben¹

Dernival Venâncio Ramos²

Elias da Silva³

Resumo

O texto analisa a privatização das reservas de petróleo nacional, processo consolidado em 2018, como uma mostra de que o sistema-mundo contemporâneo se reproduz como colonialidade. Defende que o desmonte da Petrobras S. A., através do fim de seu monopólio a privatização do Pré-sal, ainda, impacta diretamente no projeto de desenvolvimento nacional e de inserção geopolítica autônoma nacional associada aos BRICS. Na pesquisa foram utilizadas páginas da internet, relatórios, livros, discussões com pesquisadores e ilustrações, subsidiando a parte textual do trabalho.

Palavras-chave: Petróleo, Sistema-Mundo, Pré-sal.

Privatización del pre-sal y la lucha por la hegemonía en el sistema mundial

Resumen

El texto analiza la privatización de las reservas de petróleo nacional, proceso consolidado en 2018, como una muestra de que el sistema-mundo contemporáneo se reproduce como colonialidad. Defiende que el desmonte de la Petrobras S. A., a través del fin de su monopolio la privatización del Pre-sal, aún, impacta directamente en el proyecto de desarrollo nacional y de inserción geopolítica autónoma nacional asociada a los BRICS. En la investigación se utilizaron páginas de internet, informes, libros, discusiones con investigadores e ilustraciones, subsidiando la parte textual del trabajo.

Palabras clave: Petróleo, Sistema-Mundo, Pre-sal.

Introdução

Mesmo não sendo fato novo, a Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) ganhou destaque midiático a partir das fortes evidências da presença de desvios de dinheiro em 2014. Ao mesmo tempo, a empresa ganhou destaque por sua importância econômica e pelo

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

² Doutor em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da UFT.

³ Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado da UFT.

controle da exploração das reservas do Pré-sal; sendo a vigésima oitava maior empresa do mundo, e contribuindo com 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

As evidências de corrupção se tornaram a base do ataque à eficiência do setor público na exploração e controle do Pré-sal. Em 2018, a Lei Federal Nº 13.679/2018 autorizou a venda direta de reservas e o fim do regime de partilha, criado pela Lei Federal Nº 12.304/2010. Nesse período, a produção do país triplicou (PETROBRAS, 2016).

Nos últimos anos, a luta pela hegemonia política e controle dos recursos naturais se intensificou, notadamente, entre os atores geopolíticos que historicamente possuem capacidade de agência e controle sobre o sistema, como Europa e Estados Unidos, e atores que emergiram recentemente na disputa, como a China, a Índia, a Rússia e o próprio Brasil. Responsável por 30% da energia consumida no mundo, o controle das reservas, produção, preço e distribuição do petróleo tornou-se um polo da arquitetura do sistema-mundo contemporâneo.

Sendo o Brasil um dos atores políticos emergentes e possuindo controle das reservas do Pré-sal, cabe a pergunta: por que os ataques à corrupção se transformam em questionamentos da gestão pública do recurso petrolífero e, também, uma das bases da privatização de sua exploração? Quais forças e movimentos estão por trás desses acontecimentos?

A pesquisa teve caráter qualitativa e lançou mão de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Foram pesquisados bases de dados oficiais, websites jornalísticos, livros, artigos e legislação pertinente ao petróleo no Brasil. A estratégia de análise se baseou no cruzamento de dados estatísticos para a construção de uma compreensão do lugar do petróleo no sistema-mundo atual. Em seguida, foi realizada a historização do lugar da Petrobras S. A. nos projetos de desenvolvimento nacional.

Esses resultados foram problematizados à luz da teoria do sistema mundo e da colonialidade do poder, respectivamente, formuladas por Wallerstein (1992) e Quijano (1997). Essa perspectiva afirma que o sistema-mundo se reproduz como colonialidade. Não há apenas uma divisão internacional do trabalho, mas constitui-se uma geopolítica hierarquizada. Nela cada parte trabalha em prol do sistema de modo específico, bem como nele ocupa um lugar particular. O sistema, assim, funciona de modo colonial, conforme ordenado pelas elites ocidentais, que inicialmente o controlaram, e o fizeram trabalhar em prol de seus interesses econômicos e projetos de poder. Hoje, ele alcançou altos níveis de complexificação e de disputa interna pela emergência de novos atores.

No centro desse sistema, esteve o controle dos recursos e do trabalho pelo mercado, inicialmente, eurocentrado e que, atualmente, tem sido controlado cada vez mais pelo Norte Global: países europeus, Estados Unidos e Japão. Como, em geral, esses recursos já estavam, historicamente, nas mãos de sociedades não-ocidentais, como é o caso do petróleo, estes sujeitos foram deslegitimados através de discursos que os racializaram e instituíram a ideia de que eles eram incompetentes na gestão das riquezas que possuíam, estando destinados a serem inseridas no sistema através de sua exploração pelas potências capitalistas.

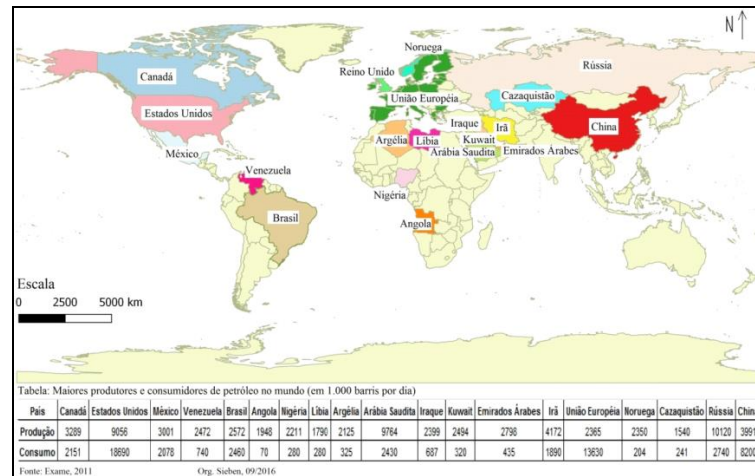
A partir das independências das colônias europeias, no século XIX na América, e no século XX na África e Ásia, os Estados Nacionais emergentes se acomodaram dentro da arquitetura do sistema, às vezes ocupando o lugar de sócios minoritários, ou, colocaram-se em oposição, lutando contra ele, como ocorreu com a URSS, ou no seu interior, como atualmente China e Rússia que disputam a hegemonia e o controle sobre o destino dos recursos necessários a seu crescimento econômico e o protagonismo político. O sistema-mundo, hoje, passa por uma acirrada luta pela hegemonia. Essa disputa pode ser entendida como uma luta entre ocidentalização e desocidentalização: *“Dewesternization is, at a basic level, a political delinking from economic decisions, as made abundantly clear at the recent declaration of the fourth BRICS summit in New Delhi.”* (MIGNOLO, 2003).

Ao mesmo tempo, as forças hegemônicas pressionam pela manutenção de atual arquitetura do sistema, direcionando esforços numa espécie de re-ocidentalização do sistema. Dentre essas formas da reocidentalização está a pressão pela mercantilização dos recursos como afirmam Larval e Dadot (2014) e Wood (2014), pois um dos elementos defendidos pelos novo atores, como os BRICS, é o forte protagonismo do Estado.

Reservas, consumo e comércio mundial de Petróleo

O Mapa 1 se refere às reservas e a produção do petróleo no mundo, e os seus maiores produtores e consumidores para o ano de 2011.

Mapa 1 - Maiores produtores e consumidores de petróleo no mundo



Fonte: Exame (2011). Org.: Sieben, 2016.

Estados Unidos e União Europeia são dois atores de grande capacidade de pressão no sistema-mundo, e consomem mais petróleo do que todos os outros países juntos. Os EUA são o terceiro maior produtor, mas os maiores consumidores, importando mais da metade do petróleo que consomem.

Em 2011, a Rússia era a maior produtor mundial de petróleo com 10120 (em 1.000 barris/dia), seguido de Arábia Saudita e Estados Unidos, com 9764 e 9056 (em 1.000 barris/dia).

Mas em termos de localização das principais reservas de petróleo a geografia muda um pouco. Com exceção da Venezuela, Canadá e Rússia, os demais grandes detentores das reservas globais de petróleo estão localizados no Oriente Médio, com sete países entre os vinte maiores reservistas de petróleo, totalizando 844.1 bilhões de barris. Em primeiro lugar, a Venezuela possui 17% ou 297.6 bilhões de barris (bb), seguida de Arábia Saudita (15,9%), Canadá (10,4%), Irã (9,4%), Iraque (9%), Kuwait (6,1%), Emirados Árabes Unidos (5,9%) e Rússia (5,2%), com reservas de 265.9, 173.9, 157, 150, 101.5, 97.8 e 87.2 bb, respectivamente.

A América do Sul figura em destaque em razão da crescente participação brasileira, que agora soma quase 1% da produção mundial ou 15.3 bb, e do Equador que se encontra entre os vinte maiores reservistas. Ao todo, a América do Sul tem reserva de 321.1 bb.

A América do Norte tem reservas de 220.3 bb, onde o Canadá (10,4%) lidera com folga em relação aos Estados Unidos (2,1%) e México (0,7%). Os dois últimos detêm reservas de 35 e 11.4 bilhões de barris, respectivamente.

A Ásia, a África e a Europa têm reservas, consecutivamente, de 134.5, 62.1 e 7.5 bb. Destaque para a Rússia que tem suas reservas localizadas na sua porção asiática. O maior destaque na África cabe à Argélia. E a Noruega é o país europeu com a maior reserva petrolífera e vigésima posição mundial.

As vinte maiores reservas de petróleo detêm 95,1% da produção mundial, totalizando 1589,6 bilhões de barris (Tabela 1). O Brasil, mesmo tendo apenas 0,9% das reservas mundiais, deve aumentar a sua produção nas próximas décadas. Segundo a Petrobras, a produção pulou de 767 mil barris por dia em 2014 para 2,128 milhões de barris por dia em junho de 2016. (PETROBRAS, 2016).

Essa geografia do petróleo deve estar conectada ao fato de os balanços das principais empresas petrolíferas no mundo, Royal Dutch Shell, Exxon Mobil, Chevron, BP, Statoil e Pemex, situadas no Norte Global, revelarem que o resultado líquido dessas seis empresas em 2015 ficou 98% menor em comparação com 2014. O lucro líquido das principais petrolíferas do mundo foi muito abaixo do esperado em 2015, em torno de US\$ 1,6 bilhão. Por sua vez, nesse mesmo ano a Petrobras, situada no Sul Global, teve lucro líquido aproximado de US\$ 1 bilhão, ainda que 58% menor que o ano anterior. A diminuição dos lucros ocorreu devido à expressiva queda dos preços do petróleo e os custos elevados na exploração e produção (NASSIF, 2016).

Por isso, o atual patamar da dívida da Petrobras é explicado pela queda do preço do petróleo no mercado global. A empresa queria explorar a plataforma continental de forma independente, mas o plano de trabalho não previa um preço tão baixo e a estatal teve de pedir empréstimos. A Petrobras é responsável por 93% da exploração do petróleo brasileiro. Empresas estrangeiras ocidentais, como Chevron, Shell e Statoil participam na exploração de petróleo no Brasil como sócias (SPUTNICKNEWS, 2016).

Na Tabela 2 observa-se a matriz energética mundial de 2013 e a previsão para 2040. A ilustração mostra que em 2013 o petróleo foi responsável por 31% da energia mundial, seguido do carvão com 29% e gás natural com 21%. Os três materiais são combustíveis fósseis e totalizam 81%. Com representatividade bem menor estão biomassa (10%), nuclear (5%), hidroelétrica (2%) e outras renováveis (1%).

Na previsão para 2040 nota-se poucas mudanças, pois os combustíveis fósseis representarão ainda 75% da matriz energética. O petróleo continuará sendo o maior responsável pela matriz energética global com 26% e, na sequência, o carvão e gás natural com 25% e 24%. A energia proveniente de biomassa continuará em torno de 10%. A energia nuclear, outras renováveis e hidroelétrica, fornecerão 7%, 5% e 3%, respectivamente.

Se observa-se uma diminuição dos combustíveis fósseis em termos proporcionais, em termos totais haverá maior necessidade deles e pouca participação das demais fontes. Haverá o incremento de 4.375 milhões de toneladas equivalente de petróleo (Mtep) de energia de forma universal.

Tabela 2 - Matriz energética mundial de 2013 e estimativas para 2040

Gás Natural	21	2847	24	4305
Carvão	29	3932	3932	3932
Biomassa	10	1356	10	1793
Nuclear	5	678	7	1255
Hidroelétrica	2	271	3	538
Outras Renováveis	1	136	5	897
Total		13559		17934

FONTE: Agencia internacional de Energia (2013). Org.: Sieben, 2016.

O controle das reservas e da produção de petróleo global é essencial para o Norte Global. Entender essa questão é fundamental para elaborar hipóteses factíveis sobre o porquê da Petrobras S. A. estar no centro da crise política brasileira atual. Essa crise se explicaria, em certa medida, pela tentativa de impedir a inserção autônoma do país no sistema-mundo? Ou, ainda, pela necessidade de ampliar a mercantilização da gestão dos recursos naturais transferindo a concessão da exploração para o mercado internacional de óleo cru e, portanto, afastando desse processo agentes públicos e o Estado?

A Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) foi criada pela Lei Federal Nº 2004 de 3/10/1953, assinada por Getúlio Vargas. Conforme Conant e Gold (1981), coube à estatal alavancar o parque industrial brasileiro através do fornecimento de energia, consolidando o petróleo como base do desenvolvimento nacional.

A partir de 1930, o Estado nacional interveio fortemente na economia de modo a criar a infraestrutura básica para o desenvolvimento industrial e urbano. Entendendo que o capital privado possuía pouca capacidade e interesse em assumir esse papel, o Estado estimulou e direcionou o investimento privado através de estímulos à produção e a proteção dos salários; também a ele coube “duas outras funções importantes: a) prover a infraestrutura (energia, transportes e comunicações) e a produção de matérias-primas básicas (ferro e aço) centrais no avanço do processo de acumulação do capital (BRUM, 1991, p. 84).”

O Estado, nas décadas de 1940 e 50, ocupa outros espaços com a criação das Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobras S. A. além de empresas de energia como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF. As “estatais constituíram-se em verdadeiros agentes de desenvolvimento, cumprindo o papel relevante de alavancar o progresso brasileiro.” (BRUM, 1991, p. 85). A Petrobras teve origem do conjunto de medidas políticas geradoras das bases infraestruturas e institucionais, englobando o programa de energia, transportes e industrialização de base siderúrgica, que visava a aceleração do desenvolvimento industrial (COSTA, 1991). Seu primeiro espaço de atuação foi a Bahia. Mas desde 1960, com descoberta de novas jazidas (Carmópolis, 1963; Campo de Guaricema, 1968; e Garoupa, em 1970) levou a que a empresa em 1984 chegasse a produção de 500.000 bb/dia (MENDONÇA; SPADINI; MILANI, 2004).

Nas décadas de 1980 e 1990, a Petrobras assumiu posição de destaque entre as grandes empresas de petróleo, competindo pelo mercado mundial de combustíveis e energia. Isso deveu-se às descobertas na Amazônia, em Juruá – uma acumulação de gás que inseriu as bacias paleozóicas no rol das maiores reservas do país – e as descobertas de petróleo em águas profundas da Bacia de Campos, no campo de Marlim com reservas de 2,7 bilhões de barris (MENDONÇA; SPADINI; MILANI, 2004). Em seguida, ocorreu ainda a primeira descoberta de óleo na porção marítima da Bacia do Espírito Santo. As reservas nacionais, que em 1953 eram de 15 milhões de barris atingiram em 2003 importantes 12,6 bilhões de barris de óleo-equivalente (MENDONÇA; SPADINI; MILANI, 2004).

De modo especial a partir da criação da Petrobras Internacional (Braspetro), em 1972, a empresa lança-se no mercado internacional com maior experiência e flexibilidade de

Revista de Geopolítica, v. 11, nº 1, p. 62-75, jan./fev./mar. de 2020.

negociações, tornando-se a mais importante multinacional brasileira através da exploração e refino de petróleo e gás natural em mais de dezessete países da América Latina, América do Norte, África e Oriente Médio.

Por outro lado, a empresa especializara-se na exploração de petróleo em águas profundas antes dos anos 90. Restrita inicialmente ao Golfo do México, a exploração de petróleo em águas profundas avançou para o Brasil e África Ocidental, Austrália, Mediterrâneo, Mar do Sul da China, Índia e África Oriental, tornando essas áreas das mais importantes da atividade petrolífera atual. A produção da Petrobras é de 1.5 mb/d, e empresas concorrentes (ExxonMobil – estadunidense, BP - inglesa, Total - francesa, Shell – anglo-holandesa, Chevron – estadunidense e Statoil - norueguesa), não ultrapassaram a produção de 0.6 mb/d em 2012 (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, 2013).

A OPEP em 2014 era composta por 12 países que possuíam conjuntamente 81% das reservas de petróleo mundial, sobretudo localizados no Oriente Médio (OPEC, 2016). No início do novo milênio, a Petrobras aparece em destaque no mercado mundial de combustíveis fósseis, possuindo consideráveis frações das reservas, não fazendo parte da OPEP.

A Petrobras tem uma importância de destaque na economia nacional, onde responde por 10% do PIB. Além do processo de mercantilização das ricas reservas petrolíferas e de gás natural existentes no território nacional, que estiveram até agora sob o controle da empresa, a privatização da companhia terá forte impacto no orçamento do Estado nacional e na inserção do país como ator mais autônomo no cenário nacional.

Historicamente, o controle público dos recursos naturais foi visto no Brasil como uma estratégia de desenvolvimento e soberania nacional. Os avanços geoeconômicos dos últimos anos, neste sentido, levaram à busca de posicionamento geopolítico e geoeconômico baseado na busca por maior protagonismo no sistema-mundo, materializado, por exemplo, na participação no BRICS em 2006. Mas também pela continuidade na defesa da posse e exploração de recursos naturais por parte de agentes públicos como fundamental para o desenvolvimento nacional. Um exemplo foi a destinação pela Lei Federal Nº 12.304/2010 dos *royalties* petróleo do Pré-sal para a educação e a saúde.

A perda do monopólio na exploração do petróleo no país pela Petrobras representa o momento final de uma série de concessões a retomada de pressões desde as descobertas dos anos 90 e à medida que a empresa consolidou sua liderança na exploração em águas profundas. Em 1997, o governo com forte inclinação pró-mercado e pró-agentes

hegemônicos no sistema-mundo, de Fernando Henrique Cardoso, em meio à onda de privatização de estatais, conseguiu aprovar a Nova Lei do Petróleo. A Petrobras perdeu a exclusividade de atuação no Brasil e passou a atuar no regime de concessão (MENDONÇA; SPADINI; MILANI, 2004). Esse processo fora freado pela política externa dos governo do PT e pelas oportunidade criadas pela descoberta do Pré-sal, que decide por destinar esses recursos para um projeto de desenvolvimento interno e alcançar um maior protagonismo internacional do Brasil.

A crise política que levou ao impedimento de Dilma Rousseff em 2016 abriu espaço para a retomada do processo de mercantilização do petróleo nacional. A Lei Federal Nº 4567/2016 permitiu a outras empresas privadas, desobrigando-as da sociedade com a Petrobras, atuarem na extração de petróleo do Pré-sal (BRASIL, LEI 4567/2016). Em 2018, a Lei Federal Nº 13.679 permite a venda das reservas a qualquer companhia. Na prática, a Petrobras que detinha monopólio passa a concorrer com as demais empresas. Esse processo desarticula o projeto de usar o petróleo como base para o desenvolvimento nacional, bem como de transformar o país em um player do processo de desocidentalização do sistema-mundo. Pois o petróleo era percebido como “um elemento forte da política exterior brasileira e será peça-chave no aumento da segurança energética do país”. (BRITO et all, 2012, p. 16).

A pergunta a ser feita é porquê as elites econômicas e políticas que no passado apoiaram o ativismo estatal na economia, hoje se voltam contra esse ativismo, privilegiando a mercantilização dos recursos naturais nacionais? A hipótese que defendemos é que houve essa divisão entre o pró-ativismo estatal e aqueles pró-mercado e agentes hegemônicos dentro do sistema-mundo⁴. Essa divisão de nossas elites impediu o país de aproveitar as oportunidades que a história oferece para tornar-se um ator geopolítico mais autônomo. Por exemplo, quando teve à mão a chance de construir um modelo industrial nacional (MARTINEZ, 1987) e uma inserção autônoma no cenário internacional recuou.

Para Quijano (1997) parte significativa das elites latino-americanas - e brasileiras - aceitam o lugar destinado periférico no sistema-mundo e vêem-no como um destino.

Parte das elites contrárias ao atual regime de exploração, afirmam que a lei é uma forma de entregar os recursos naturais nacionais ao controle do mercado internacional, desviando recursos para setores privados e impedindo que o país invista na seu

⁴ André Singer em o *Lulismo em crise* (2018) afirma que o forte ativismo estatal promovido pelo governo Dilma Rousseff foi um elemento fundamental para o acirramento da crise política que levaria ao processo de impedimento.

desenvolvimento socioeconômico. Reforça esse argumento, o fato da lei ser aprovada num momento de baixa do preço do barril de petróleo, caracterizando a ação como “entreguismo” do recursos naturais que o país possui. Para elas, as mudanças geopolíticas recentes, o crescimento de China e Rússia, e a articulação dos BRICS, significavam uma oportunidade de fortalecer internamente um projeto nacional de desenvolvimento e oferecer um lugar geopolítico global autônomo. Sustentando os governos do PT, elas embarcaram na desocidentalização do sistema-mundo (MIGNOLO, 2003). O seu erro, para alguns, é que, fora a China, os BRICS são fortemente ligados as *commodities*, decorrendo que por serem por demais sensíveis as suas flutuações sofrem os embates geopolíticos como o que ora ocorre entre desocidentalização e reocidentalização.

Um exemplo importante do uso geopolítico da flutuação dos preços das *commodities* foi a disputa regional entre Arábia Saudita e Irã⁵. A nação árabe aumentou a produção para derrubar os preços do petróleo no mercado internacional, em uma tentativa de enfraquecer o rival (ARMANIAN, 2014). Tal situação causou um efeito em cadeia atingindo a economia de diversos países. Esse movimento geopolítico levou à quebra da produção de petróleo em xisto estadunidense, que aumentava ano a ano. Atingiu fortemente, ainda, países como Rússia e Venezuela.

Outro exemplo importante é o *dumping*. No mercado de energia fóssil se especula que a baixa do preço do barril de petróleo dos últimos anos foi também determinado pelos controladores das empresas globais do setor. O expediente Rockefeller, como é conhecido, visa promover a falência e posterior aquisição a baixo preço de concorrentes (ARMANIAN, 2014).

Aliadas a essas duas questões está a instabilidade legislativa nacional. Resta perguntar em que aspectos a legislação nacional deixa brechas para sua reformulação constante, sugerindo uma instabilidade legislativa intencional advinda da divisão existente no campo das elites nacionais, e um processo lento mas gradual de alinhamento aos interesses de agentes estatais e privados que sustentam o sistema-mundo. As práticas internacionais de exploração de petróleo demonstram que havendo resultados positivos, a ação exploratória aumenta imediatamente (CONANT e GOLD, 1981, p. 193). À medida que as descobertas do Pré-sal vieram à tona, a pressão sobre a Petrobras aumentou. No momento de instabilidade política que o país vive, não parece muito difícil retirar a atenção dos interesses geopolíticos e econômicos que perceberam a crise política como um

⁵O Irã é o segundo maior produtor da OPEP; perde apenas para a Arábia Saudita, que de resto dispõe da maior capacidade ociosa, sendo, portanto, o relevante regulador da oferta mundial no curto prazo” (COSTA, 2012, p. 76).

momento propício para a realização de seus projetos de reenquadramento geopolítico do país e avanço da mercantilização da exploração dos recursos naturais.

A concessão da exploração das reservas minerais é uma forma de privatização e de abertura ao mercado. Tal discurso foi utilizado nos anos 90, quando da privatização de grandes empresas estatais, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sob o pretexto da maior eficiência privada. Contudo, “os recursos territoriais representam ferramenta de poder político. Hoje o petróleo, amanhã o trigo. Quem sabe? Todos os recursos são ou podem ser instrumentos de poder” (RAFESTTIN, 1993, p. 251). Desde 1973, quando do fim da energia fóssil abundante e barata o mito desmoronou, o confronto entre países produtores e países consumidores tomou formas agudas. A dependência dos últimos em relação aos primeiros pesou muito nas relações econômicas e políticas nos últimos 40 anos. O petróleo continua extremamente importante na estruturação das relações geopolíticas e geoeconômicas mundiais.

O trunfo petrolífero tem se mostrado o mais espetacular e é preciso tentar mostrá-lo sob seus diferentes ângulos (RAFFESTIN, 1983). Os recursos naturais estão no bojo das relações de poder, e por isso não são estáveis nem permanentes, pois compõem o jogo geopolítico e geoeconômico travado entre as potências globais, em tempo-espaço diferentes. A tendência é que o mercado petrolífero se encontre em ampla expansão até a metade do século XXI, sobretudo pelas necessidades energéticas de países como China e Índia. Diante disto, a exploração da matéria prima na faixa do Orenoco - Venezuela - e as novas descobertas de gás natural na bacia sedimentar da Amazônia e de petróleo na camada Pré-sal - Brasil - estão consolidando uma destacada fronteira energética na América do Sul. O alinhamento com China e Índia, eventualmente, operaria em desfavor de agentes geopolíticos atualmente hegemônicos como os Estados Unidos e países da União Europeia.

No caso do Brasil, como existe um contexto interno que atribui resistência política à sua privatização, a estratégia política tem sido o regime de concessão da exploração, como se viu na desarticulação do monopólio que a empresa detinha até 2016. Numa eventual privatização da estatal também se privatizaria toda a imensa e riquíssimas reservas que ainda estão para serem exploradas tanto no fundo do mar como no continente. O que está em “jogo” não é apenas a mera corrupção ou privatização da estatal, mas é um risco bem mais complexo. Esse esvaziamento do papel da empresa, contudo, levará a perda da centralidade que ela – e os recursos sob seu controle – detinha nos projetos de desenvolvimento nacional e inserção mais autônoma no sistema-mundo atual.

Esse fato terá forte impacto no projeto de desenvolvimento autônomo para o país, e ao mesmo tempo enfraquece os BRICS como projeto de reordenação do sistema-mundo e coloca em rota de colisão os interesses de países como Estados Unidos, China, Índia e União Europeia no que diz respeito à manutenção de seu desenvolvimento econômico. Segundo Mignolo (2003), os BRICS foram um exemplo claro do processo de desocidentalização. Isso não quer dizer, para o autor, mudar o sistema econômico, mas sim mudar a arquitetura geoeconômica dele. Santos (1996) contempla que a globalização é fria e racional e generalizada para interesses de poucos grandes agentes hegemônicos. Assim, como os agentes globais não se materializam sem o território normatizado na nação, não há como desarticular interesses globais de interesses nacionais.

Por outro lado, como afirma Laval e Dardot (2016), a mercantilização dos recursos naturais é fato fundamental para entender a ordem global que está a ser reconstruída. No universo que os autores chamam de globalização neoliberal, a mercantilização é uma forma de nova ocidentalização, de afirmação do que Wood (2014) chama de “império do mercado”. A construção de um consenso de que não há alternativa ao mercado é fundamental para a legitimação das estruturas geopolíticas do sistema-mundo. Nesse sentido, a luta por hegemonia dentro do atual sistema-mundo é por controle dos fluxos advindos dos ganhos do aprofundamento da mercantilização de todas as relações econômicas. Isso explica o porquê da China, um parceiro do Brasil, por exemplo, não deixar de começar a se imiscuir no negócio do petróleo nacional antes e depois da crise política atual.

Considerações finais

A privatização do Pré-sal e a quebra do monopólio da Petrobras S. A. sobre as reservas petrolíferas nacionais parecem o desfecho de uma luta geopolítica interna ao sistema-mundo. O controle público desse importante recurso natural foi visto no Brasil, por parte de sua elite política, como a forma mais viável de alcançar o desenvolvimento econômico e uma inserção geopolítica mundial mais autônoma do país. Esse projeto, que justificou o forte protagonismo estatal das décadas de 1950 e 60, foi revivido pelos governos do PT em um cenário de fortes lutas internas ao sistema-mundo global como evidenciam o surgimento dos BRICS.

Nesse cenário, as fortes evidências de corrupção nas empresas foram agenciadas em prol de posições pró-mercado que se articularam politicamente e conseguiram acabar com o monopólio da empresa no que diz respeito ao Pré-sal e efetiva privatização dessas reservas

através da Lei Federal Nº 13.679/2018. A lei também desmonta o projeto de desenvolvimento nacional baseado nos recursos do Pré-sal, tal qual está colocado na Lei Federal Nº 12.304/2010. As mudanças legais indicam o acerto das teses de Wallerstein e Quijano (1992) e fundidas na ideia de que o sistema-mundo se reproduz como colonialidade.

Referências

AEPET (Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobras). Rio de Janeiro Ano XXXIX, nº 340, Out. 2007, p. 4. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6bwkxtf>> Acesso em: 10 abr. 2016.

ARMANIAN, Nazanín. **Sobre os objetivos do dumping do preço do petróleo.** 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2VuDFvX>> Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. PROJETO de LEI 4567/16. Disponível em: <<https://bit.ly/2YWRwXP>> Acesso em: 17 out. 2016.

BRITO, Thiago L. F. & et al. A dialética da segurança e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: MONIÉ, Frédéric e BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, pp. 15-52.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento Econômico Brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1991.

CONANT, Melvin A; GOLD, Fern R. **A Geopolítica Energética.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.

COSTA, Pierre. A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral. In: MONIÉ, Frédéric e BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, pp. 53-80.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991.

EXAME. **As 20 maiores reservas de petróleo do mundo.** (2013). Disponível em: <<https://bit.ly/2YZppxp>> Acesso em: 06 set. 2016.

EXAME. **Os maiores produtores e consumidores de petróleo do mundo.** (2011). Disponível em: <<https://bit.ly/2bxhDG5>> Acesso em: 06 set. 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <<https://bit.ly/216aUCO>> Acesso em: 30 ago. 2016.

LAVAL, C.; Dardot, P. **A nova razão do mundo.** São Paulo: Boitempo, 2016

MARTINEZ, P. **Multinacionais: Desenvolvimento ou Exploração?** São Paulo. Moderna, 1987.

- MENDONÇA, Paulo M. M; SPADINI, Adali R; MILANI, Edison J. Exploração na Petrobras: 50 anos de sucesso. **Petrobras**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 9-58, nov. 2003/maio 2004.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais: projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- NASSIF, Luis. **Gigantes do petróleo tiveram queda de 98% em seu lucro líquido**. (2016). Disponível em: <<https://bit.ly/2OUhr42>> Acesso em: 13 set. 2016.
- OPEC (Organization of the Petroleum Exporting Countries). Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/> Acesso em: 10 abr. 2016.
- PETROBRAS. Produção anual de petróleo no Brasil aumenta 4,6% e supera nossa meta de 2015. Jun. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2WPbxnu>>. Acessado em 04 de maio de 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SPUTNIKNEWS. É duvidoso que Brasil preserve direito ao seu petróleo. Disponível em: <https://bit.ly/2D3nvmh>>. Acesso em 17 out. 2016.
- TERRANA. As 20 maiores reservas de petróleo do mundo. Disponível em: <<https://bit.ly/2lgk0fH>> Acesso em: 22 ago. 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system**. International Social Science Journal, Paris, n. 134, nov. 1992.
- WOOD, Ellen M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Recebido em 2019-04-15.

Publicado em 2020-01-01.